



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome do examinando:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Área:

Cidade de realização da prova:

Assinatura do examinando:

33.º Exame de Ordem

Aplicação: 30/9/2007

CADERNO DE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL E DE TEXTOS DEFINITIVOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém uma proposta para redação de peça profissional e cinco questões práticas, acompanhadas de páginas para os respectivos textos definitivos.
- 2 Assine apenas no local apropriado, no cabeçalho desta página.
- 3 **Atenção! As páginas de textos definitivos deste caderno são os únicos documentos que servirão de base para a avaliação da sua prova prático-profissional.**
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais.
- 6 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Tanto na peça profissional quanto nas cinco questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecida será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- 8 Caso a peça profissional e(ou) as respostas dadas às questões exijam identificação e não contenham orientação específica relativa a esse procedimento, utilize apenas a palavra ADVOGADO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do examinando em local indevido.
- 9 É obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**. **Texto definitivo escrito a lápis (grafite) será anulado.** Será também anulado texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos **textos definitivos**, sob pena de ter sua prova anulada.
- 11 Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. **Lembre-se:** parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade.
- 12 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PROFISSIONAL

O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro edita Resolução que fixa o horário de funcionamento de bares e restaurantes situados na cidade do Rio de Janeiro. A Resolução dispõe que tais estabelecimentos não poderão funcionar depois das 23h. Os comerciantes locais, surpreendidos, solicitam à consultoria jurídica da Associação Comercial que investigue o fundamento de validade do ato. Constatam, então, que o ato pretende retirar fundamento de validade diretamente da Constituição, que valora positivamente o bem jurídico "segurança pública", e que inexistente lei determinando a providência. A empresa "Sinal Aberto" resolve impetrar mandado de segurança contra a decisão do Secretário, para poder funcionar depois do horário estabelecido. Contudo, não obtém sucesso.

Após analisar as questões de constitucionalidade suscitadas, o Tribunal de Justiça se nega a emitir a ordem, por considerar inexistir violação ao texto constitucional. Redija a peça processual adequada para impugnar esta última decisão.

*Não utilize este espaço
em nenhuma hipótese!*

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 3/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 4/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 1

O Supremo Tribunal Federal julga procedente ADIN declarando a inconstitucionalidade de Lei do Estado do Rio de Janeiro que estabelece procedimento específico para a investidura de delegados da Polícia Civil. Ao tomar conhecimento da decisão da Corte, o mesmo legislador estadual, inconformado com a interferência do Judiciário, edita nova lei com idêntico teor.

Considerando a situação hipotética apresentada, discorra sobre a possibilidade da propositura de reclamação para impugnar a edição do novo diploma legal.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 1

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

No terreno das competências legislativas de trato concorrente, máxime nas matérias de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, o artigo 24 da Carta da República institui à União o estabelecimento das normas gerais, reservando aos estados a incumbência da regulamentação específica. Todavia, com base no inciso II do artigo 30, aos municípios compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Por conseguinte, na edição das leis urbanísticas municipais, tendo-se em consideração a vigência da Lei Federal n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e das leis estaduais sobre a matéria, qual é a natureza da competência exercida pelo poder local? Justifique sua resposta.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 2

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

Assembléia Legislativa de determinado estado da Federação aprova projeto de lei de iniciativa de parlamentar, criando e organizando ouvidorias no âmbito de cada Secretaria de Estado. Os novos órgãos se destinam a receber reclamações e críticas da população. Aprovado o projeto de lei e submetido à apreciação do Governador, foi o mesmo sancionado.

Considerando a sanção do Chefe do Poder Executivo, examine a constitucionalidade do diploma legal.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 3

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA

 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

Lei Federal é aprovada limitando a quantidade de chumbo que pode integrar a composição química da gasolina vendida no Brasil. Por meio de despacho datado de 17 de setembro de 2007, é recebida ADIN impugnando o preceito legal. A Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis pretende pronunciar-se no feito, entendendo ter diversas informações fundamentais para o esclarecimento do problema.

Discorra sobre o veículo processual adequado a essa modalidade de participação e sobre a legitimidade da Associação referida para intentar a medida. Informe, ainda, em que dia vence o prazo para que a petição seja protocolada.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

Com o objetivo de regulamentar lei ordinária federal e com base no inciso IV do artigo 84 da Constituição Federal, o Presidente da República edita decreto e o faz publicar no órgão oficial de imprensa. Verificado excesso de poder na extensão do tratamento normativo conferido pelo Chefe de Estado, o Senado Federal expede resolução para sustar o ato, valendo-se de suas competências privativas positivadas no texto constitucional.

Foi correto o procedimento? Justifique sua resposta.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!